



DESCRIÇÃO DO JAPONÊS E DO VIETNAMITA NO SÉCULO XVII E A SUA RELEVÂNCIA PARA O PRINCÍPIO DA POLIDEZ¹

Gonçalo FERNANDES

Carlos ASSUNÇÃO

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Centro de Estudos em Letras)²

¹ Este texto constitui a tradução para português brasileiro, devidamente autorizada pelo Cercle Ferdinand de Saussure, do artigo de Fernandes, Gonçalo e Carlos Assunção, 2025 [2023], *17th-century descriptions of Japanese and Vietnamese and their relevance to the modern politeness principle*, publicado em *Cahiers Ferdinand de Saussure* 76 (junho de 2025), p. 83-104, disponível em http://www.doi.org/10.47421/CFS_76_83-104 e <https://hdl.handle.net/10348/13703> (Fernandes e Assunção 2025 [2023]). Os resultados preliminares desta investigação foram inicialmente apresentados no Colóquio Anual de 2015 da *Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas*, realizado na Università degli Studi di Milano, em Gargnano del Garda, Itália, entre 17 e 19 de setembro de 2015, sob o título “Forms of Address in the Early Works of Japanese and Vietnamese Missionaries under the Portuguese Patronage”. Uma primeira análise aprofundada da codificação gramatical inicial das formas de tratamento japonesas foi publicada em 2018, constituindo um dos fundamentos do desenvolvimento posterior do estudo agora apresentado (Fernandes & Assunção 2018).

² Dois dos principais expoentes da Historiografia Linguística em Portugal, **Gonçalo Fernandes** é Professor Catedrático de Ciências da Linguagem na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), possui licenciatura em Humanidades (via Ensino) pela Faculdade de Filosofia de Braga, na Universidade Católica Portuguesa, mestrado em Linguística Descritiva Portuguesa pela Universidade do Porto, doutoramento em Linguística Portuguesa e habilitação em Ciências da Linguagem pela UTAD. Desde 2017, é Diretor do Centro de Estudos em Letras (CEL). Colabora ativamente em redes internacionais de investigação que envolvem universidades do Japão, Brasil, Países Baixos, França e Espanha. Os seus principais interesses de investigação centram-se na historiografia linguística do português e do latim-português e na linguística missionária em países sob o Patrocínio Real Português, nomeadamente Angola, Moçambique, Índia, Japão, China, Vietname e Brasil. Suas contribuições académicas incluem artigos e capítulos de livros publicados por algumas das revistas e editoras mais renomadas do mundo, como Cambridge University Press, Oxford University Press, Routledge, Taylor & Francis (Reino Unido), John Benjamins (Países Baixos), Nodus Publikationen (Alemanha) e Peeters (Bélgica). Em sua atuação profissional, também dirigiu o Departamento de Letras, Artes e Comunicação (2009-2013) e supervisionou diversos programas de graduação, mestrado e doutorado. Além disso, presidiu o Conselho Pedagógico da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de 2017 a 2021. **Carlos da Costa Assunção** é Professor Catedrático também na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (desde 2002); obteve o seu doutoramento em 1996 e o título de agregado em 2001. É especialista em Historiografia Linguística e Linguística Missionária. Membro do Conselho de Gestão Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal. Foi Vice-Reitor para a Investigação e Cooperação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal (2010-2013), bem como Diretor do Centro de Estudos em Letras (CEL) da mesma UTAD em períodos distintos, destacando-se de dezembro de 2003 a março de 2011 e, posteriormente, de 2013 a abril de 2017. Publicou dezenas de artigos em revistas especializadas/indexadas e dezenas de trabalhos em atas de congressos, é autor de vários capítulos de livros e tem cerca de três dezenas de livros publicados/editados. Participou em mais de cinquenta eventos no estrangeiro e em Portugal, frequentemente como orador convidado. Orientou mais de uma dezena de teses de doutoramento e mais de duas dezenas de dissertações de mestrado. Entre 1997 e 2023, participou em mais de uma dezena de projetos de investigação em Portugal e no estrangeiro, coordenando oito deles. Trabalha na área das Ciências Humanas, com ênfase na área da Linguística. Email: < gf@utad.pt >; < cassunca@utad.pt >.

RESUMO: O chamado “princípio da polidez” foi formulado antes mesmo de Stephen Curtis Levinson estabelecer a pragmática como um campo acadêmico da linguística, no início da década de 1980. Ainda assim, trabalhos relevantes sobre pragmática já vinham sendo publicados desde a década de 1930, nomeadamente por Charles Sanders Peirce (1839–1914), Charles William Morris (1901–1979) e Yehoshua Bar-Hillel (1915–1975). Por outro lado, é amplamente reconhecido que Penelope Brown e Stephen Curtis Levinson (1978; 1987) consolidaram a noção de princípio da polidez, em virtude do impacto e da sistematicidade de seus estudos nessa área. Embora o artigo de 1973 de Robin Beth Tolmach Lakoff (1942–2025), intitulado *The logic of politeness: Or, minding your p’s and q’s*, possa ser considerado a verdadeira “certidão de nascimento” do princípio da polidez como domínio linguístico, ele é frequentemente ignorado, mesmo em artigos e livros especializados. Com base em um trabalho de 1967 de Herbert Paul Grice (1913–1988) sobre as regras da conversação, então ainda sob a forma de manuscrito não publicado, Lakoff sintetizou as expressões de polidez em três regras fundamentais. No entanto, gramáticos e linguistas dedicados às línguas asiáticas sempre demonstraram um interesse particular na descrição das expressões e formas de tratamento. Com efeito, em 1944, Hsien Chin Hu (Columbia University) publicou um artigo pioneiro sobre os “conceitos chineses de face”, antecipando em 11 anos a teoria da face e o célebre artigo de Ervin Goffman (1922–1982), *On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction* (Goffman 1955). De modo ainda anterior, gramáticos e lexicógrafos europeus do século XVII, dedicados às línguas japonesa e vietnamita, já partilhavam preocupações semelhantes ao descrever as regras linguísticas que regiam as relações sociais. Assim, neste artigo, analisamos as abordagens desenvolvidas pelos primeiros gramáticos e lexicógrafos europeus para explicar o princípio da polidez nas línguas japonesa e vietnamita no século XVII, em particular João Rodrigues ‘Tçuzu’, S.J. (1562–1633), Diego Collado, O.P. (final do século XVI–1638) e Alexandre de Rhodes, S.J. (1593–1660), bem como a relevância de suas contribuições para a linguística contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: História das Ciências da Linguagem. Linguística Missionária. Formas de Tratamento. Teoria da Face. Jesuítas. Pragmática.

*DESCRIPTION OF JAPANESE AND VIETNAMESE IN THE 17TH CENTURY AND ITS
RELEVANCE TO THE POLITENESS PRINCIPLE*

ABSTRACT: The so-called “politeness principle” was formulated even before Stephen Curtis Levinson established pragmatics as an academic field of linguistics in the early 1980s. Nevertheless, relevant works on pragmatics had already been published since the 1930s,

notably by Charles Sanders Peirce (1839-1914), Charles William Morris (1901-1979), and Yehoshua Bar-Hillel (1915-1975). On the other hand, it is widely recognized that Penelope Brown and Stephen Curtis Levinson (1978; 1987) consolidated the notion of the politeness principle due to the impact and systematic nature of their studies in this area. Although Robin Beth Tolmach Lakoff's (1942–2025) 1973 article, titled *The Logic of Politeness: Or, Minding Your P's and Q's*, can be considered the true "birth certificate" of the politeness principle as a linguistic domain, it is often overlooked, even in specialized articles and books. Based on a 1967 work by Herbert Paul Grice (1913–1988) on conversational rules – then still an unpublished manuscript – Lakoff synthesized expressions of politeness into three fundamental rules. However, grammarians and linguists dedicated to Asian languages have always shown a particular interest in describing expressions and forms of address. Indeed, in 1944, Hsien Chin Hu (Columbia University) published a pioneering article on “Chinese concepts of face,” anticipating Ervin Goffman's (1922–1982) famous paper, *On Face-work: An Analysis of Ritual Elements in Social Interaction* (1955), by eleven years. Even earlier, 17th-century European grammarians and lexicographers working on the Japanese and Vietnamese languages already shared similar concerns when describing the linguistic rules governing social relations. Thus, in this article, we analyze the approaches developed by the first European grammarians and lexicographers to explain the politeness principle in Japanese and Vietnamese during the 17th century—specifically João Rodrigues ‘Tçuzu’, S.J. (1562–1633), Diego Collado, O.P. (late 16th century–1638), and Alexandre de Rhodes, S.J. (1593–1660)—as well as the relevance of their contributions to contemporary linguistics.

KEYWORDS: History of Language Sciences. Missionary Linguistics. Forms of Address. Face Theory. Jesuits. Pragmatics.

INTRODUÇÃO

O conceito de “princípio da polidez”³ é anterior ao estabelecimento

³ [Nota do editor: Neste artigo, os autores optam na maioria das vezes pelo emprego do termo “polidez”. Embora a expressão “cortesia” seja amplamente aceita e utilizada como sinônimo de “polidez” nos Estudos Pragmáticos e na Análise da Conversação (tanto no português europeu quanto no brasileiro), alguns autores propõem distinções conceituais entre ambas. Deste modo, Villaça e Bentes (2008), por exemplo, definem que: “[...] a polidez é uma prática regida por convenções sociais de natureza mais geral impostas ao contrato conversacional, [...] de modo que tem mais a ver com educação, *savoir-faire* e obediência às regras gerais da interação social” (p. 29). Em contrapartida, para as autoras, a cortesia estaria relacionada a “[...] uma tomada de atitude por parte do indivíduo que leve ao reconhecimento de sua distinção em relação ao outro. Neste sentido, o comportamento cortês, atualmente, seria menos ritualmente determinado e mais ligado às instâncias subjetivas da interação” (p. 31). Ressalte-se que, para fins deste trabalho, os autores não adotam tal distinção, utilizando os termos de forma intercambiável. Para maiores detalhes, confira VILLAÇA, I. G. e BENTES, A. C. Aspectos da cortesia na interação face a face. In: PRETI, D. (Org.). **Cortesia verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008.]

formal da pragmática como campo acadêmico da linguística, processo que se consolida no início da década de 1980, conforme documentado na obra *Pragmatics*, de Stephen Curtis Levinson (1983). Ainda assim, contribuições decisivas para o estudo da pragmática remontam já à década de 1930, com destaque para Charles William Morris (1901-1979). Em *Foundations of the Theory of Signs*, Morris (1938) integrou a pragmática à semiótica, ao propor uma articulação sistemática entre signos, contextos e seus usuários, enquanto Yehoshua Bar-Hillel (1915-1975), em trabalho posterior, defendeu a incorporação da pragmática à análise da dêixis (Bar-Hillel 1954).

Contrariamente à visão dominante que atribui a Penelope Brown (n. 1944) e a Stephen C. Levinson (n. 1947) a origem do princípio da polidez, em virtude do impacto de seus estudos sobre o tema, a verdadeira “certidão de nascimento” desse princípio no domínio linguístico pode ser atribuída a Robin Beth Tolmach Lakoff (1942-2025). Seu artigo seminal, “The logic of politeness: Or, minding your p’s and q’s”, publicado em 1973, é com frequência negligenciado na literatura especializada, inclusive em obras de referência (por exemplo, Liu & Allen 2014; Davies & Elder, 2004). Com base na reflexão de Herbert Paul Grice (1913-1988) sobre as regras da conversação, desenvolvida em 1967 e inicialmente apresentada no manuscrito não publicado “The logic of conversation”, da Universidade da Califórnia, Berkeley, posteriormente editado em Grice (1989), Lakoff formulou uma síntese das regras da polidez, a saber:

1. Não imponha
2. Dê opções
3. Faça A se sentir bem — seja amigável (Lakoff 1973, p. 298)⁴

⁴“

1. Don’t impose
2. Give options
3. Make A feel good—be friendly” (Lakoff 1973: 298)

Lakoff (1973, p. 298) observou ainda que “on occasion, two or more of these rules may concurrently apply, mutually reinforcing each other; equally frequently, a choice must be made” [ocasionalmente, duas ou mais dessas regras podem se aplicar simultaneamente, reforçando-se mutuamente; com igual frequência, uma escolha deve ser feita]. A autora postulou igualmente que as regras pragmáticas devem ser consideradas componentes integrais das regras linguísticas, em pé de igualdade com as regras semânticas e sintáticas. Em particular, as regras de polidez, embora apresentem variações dialetais entre as línguas, mantêm uma notável consistência universal, constituindo um aspecto essencial e aplicável a todas as formas de comunicação humana cooperativa:

1. Que seguimos regras pragmáticas ao falar, assim como seguimos regras semânticas e sintáticas, e todas devem fazer parte de nossas regras linguísticas.
2. Que existem regras de polidez e regras de clareza (conversa), sendo estas últimas um subcaso das primeiras: as regras de conversa são um subtipo de R1.
3. Que as regras de polidez podem diferir dialetalmente em sua aplicabilidade, mas sua forma básica permanece a mesma universalmente.
4. Que estas não são meramente linguísticas, mas aplicáveis a todas as transações humanas cooperativas (Lakoff 1973, p. 305)⁵.

Quatro anos após o artigo de Lakoff, em 1977,⁶ Brown e Levinson

5

“1. That we follow pragmatic rules in speaking, just as we follow semantic and syntactic rules, and all must be part of our linguistic rules.

2. That there are rules of politeness and rules of clarity (conversation), the latter a subcase of the former: rules of conversation are a subtype of R1.

3. That the rules of politeness may differ dialectally in applicability, but their basic form remains the same universally.

4. That these are not merely linguistic, but applicable to all cooperative human transactions.” (Lakoff 1973, p. 305)

⁶ A tese de doutorado em antropologia de Stephen Levinson, de 1977, na Universidade da Califórnia, Berkeley, “Deixis social em uma aldeia tamil”, focou no sul da Índia, que era muito menos conhecido. Nela, ele cita o estudo de Brown e Levinson de 1977 e analisa o nível e a universalidade da polidez:

publicaram uma obra seminal sobre o princípio da polidez intitulada *Universals in language usage: Politeness phenomena*, originalmente publicada em 1978 como capítulo do volume *Questions and politeness: Strategies in social interaction*, editado por Esther Newcomb Goody (1932–2018) (Brown & Levinson, 1978). Em 1987, esse mesmo estudo, com pequenos ajustes, foi reeditado como um livro independente sob o título *Politeness: Some universals in language usage* (Brown & Levinson 1987), passando a ser amplamente reconhecido como um “landmark study” no domínio da polidez linguística, conforme assinalado por Liu e Allen (2014, p. 651).

Em 1983, Geoffrey Neil Leech (1936–2014) ofereceu contribuições decisivas ao campo com a publicação de *Principles of Pragmatics* (Leech, 1983). Aprofundando essa reflexão, lançou em 2014 a obra *The pragmatics of politeness* (Leech, 2014), na qual examina os fundamentos teóricos da polidez e reavalia a interação entre linguagem e comportamento social entre os interlocutores. Nesse mesmo trabalho, Leech propôs uma distinção analítica da pragmática em duas dimensões complementares, a pragmalinguística e a sociopragmática, conforme o foco recaia predominantemente sobre aspectos linguísticos ou sociológicos da interação (Leech 2014, p. 13–18).

Não obstante, já em 1944, Hsien Chin Hu (Columbia University, New York) havia apresentado um artigo inovador sobre *the Chinese Concepts of “Face”* na revista *American Anthropologist*, antecipando em 11 anos tanto a formulação da teoria da face quanto o célebre artigo de Ervin Goffman (1922–1982), *On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction* (Goffman, 1955). Segundo Hu, a cultura chinesa distingue duas noções

“praticamente todos os usos estratégicos de polidez em (presumivelmente) todas as línguas podem ser formalmente derivados. Além disso, a escolha do nível de polidez mostrou-se dependente de apenas três fatores: distância social horizontal e vertical (...), e a ponderação cultural das imposições.” (Levinson 1977, p. 152)

fundamentais de “face”, expressas pelos termos “lien” e “mien”. “Mien-tzũ” refere-se ao prestígio associado ao sucesso social e à ostentação pública, ao passo que “lien” designa o respeito concedido pelo grupo a um indivíduo dotado de reputação moral louvável, simbolizando a confiança da sociedade em sua integridade e em seu caráter moral. A perda dessa posição moral compromete a capacidade do indivíduo de funcionar adequadamente no seio da comunidade (Hu 1944, p. 45).

1. *DESCRIÇÕES METALINGUÍSTICAS JAPONESAS DO SÉCULO XVII*

A missão jesuíta no Japão teve início em 1549, com a chegada dos primeiros missionários provenientes de Portugal, liderados por Francisco de Javier, conhecido em português como “Xavier”, S.J. (1506-1552). Um desenvolvimento particularmente relevante ocorreu em 1590, quando a primeira impressora com tipos móveis foi instalada no colégio jesuíta de Kazusa. Posteriormente, essa tipografia foi transferida para Amakusa no final de 1591 e, mais tarde, para o Colégio de Todos os Santos, nas proximidades de Nagasaki, no outono de 1597, após a supressão do Colégio de Amakusa (Laures 1940, p. 326).

Em novembro de 1614, o xogum Tokugawa Ieyasu (1543-1616) desencadeou uma perseguição sistemática aos cristãos no Japão, culminando na expulsão dos missionários vinculados ao Padroado Português. A Província Japonesa da Companhia de Jesus foi então forçada ao exílio na Vice-Província Chinesa, fixando-se no Colégio Madre de Deus, em Macau (Tronu 2015). Esse estado de conflito e isolamento prolongou-se por quase 250 anos, até à assinatura do “Tratado de Paz, Amizade e Comércio entre Portugal e o Japão”, em 3 de agosto de 1860, em Yeddo, denominação então corrente de Tóquio. O

tratado foi negociado por representantes do rei Pedro V (1837-1861) e do imperador Komei (1831-1867) (Tratado... 1863).

No final do século XVI, pelo menos três gramáticas elementares de japonês haviam sido redigidas e utilizadas pelos jesuítas. Contudo, nenhuma cópia desses manuscritos chegou até nós, o que constitui uma perda significativa para a história da descrição linguística do japonês (Boxer 1950, p. 348; Cooper 1974, p. 225; Verdelho 1998, p. 953; Frellesvig 2010, p. 302).

Em 1603, os jesuítas deram início à publicação de um dicionário colaborativo de japonês com traduções para o português, intitulado *Vocabulario da lingua de Iapam com a declaração em Portugues*, feito por alguns padres e irmãos da Companhia de Iesu (Jesuítas 1603-1604). A obra foi concluída em 1604, com a publicação de um suplemento. Embora a autoria do dicionário permaneça anônima, Joao Rodrigues Tçuzu, S.J. (1562-1633), tem sido apontado como possível colaborador. Essa atribuição, contudo, foi questionada por Doi Tadao (1900-1995), que manifestou reservas quanto ao envolvimento direto de Rodrigues (Doi 1932, p. 67-112). Mais recentemente, Kishimoto Masayoshi observou que “(...) não temos evidências claras de que ele tenha sido um dos autores do *Dictionarium* ou do *Vocabulario*; não podemos negar completamente a possibilidade de que ele possa ter sido um dos autores do *Dictionarium* (...)” (Kishimoto 2014, p. 253)⁷.

O padre João Rodrigues, S.J., nasceu no norte de Portugal, em Sernancelhe, na Diocese de Lamego, e dedicou uma parte significativa de sua vida à evangelização no Japão. Sua ligação com o daimyo Otomo Yoshishige (1530-1587) e com outras figuras politicamente influentes, como Toyotomi Hideyoshi (1537-1598) e Tokugawa Ieyasu (1542-1616), marcou os seus 37

⁷ “(...) We do not have clear evidence that he was one of the authors of either *Dictionarium* or *Vocabulario*; we cannot completely deny the possibility that he could be one of the authors of the *Dictionarium* (...)” (Kishimoto 2014, p. 253).

anos de permanência em território japonês. Rodrigues destacou-se pela extraordinária proficiência na língua japonesa, tendo ficado conhecido como “Tçuzu”, ou “o intérprete”, designação que o distingue claramente de seu homônimo contemporâneo, João Rodrigues Girão (1559-1629). Após 1614, na sequência da expulsão dos missionários, passou a residir, como os demais jesuítas, no Colégio Madre de Deus, em Macau.

Rodrigues foi autor de duas gramáticas da língua japonesa, a *Arte da língoa de Iapam* (ars maior), publicada em Nagasaki entre 1604 e 1608, e a versão abreviada *Arte Breve da Língoa Iapoa* (ars minor), publicada em Macau em 1620. Enquanto a *Ars Maior* apresentava um tratamento amplo e detalhado da língua, a *Ars Minor* tinha como objetivo servir de manual didático mais acessível para iniciantes.

Diversos estudiosos consideram Rodrigues um dos mais notáveis gramáticos jesuítas do período colonial, ao lado de José de Anchieta (1534-1597, tupinambá), Ludovico Bertonio (1557-1625, aimara), Diego González Holguín (1552-1618, quéchua) e Horacio Carochi (1579-1662, náuatle) (Zwartjes 2011, p. 141). Charles Ralph Boxer (1950, p. 363) qualificou Rodrigues como “the Father of Japanese Language Studies”, e seu trabalho gramatical é frequentemente elogiado como um dos mais relevantes da era cristã. A bibliografia especializada manifesta admiração e reconhecimento pela influência duradoura de Rodrigues, sublinhando o seu papel central no desenvolvimento posterior dos estudos linguísticos sobre o japonês (Fernandes & Assunção, 2018).

O padre Diego Collado, O.P. (século XVI-1638), foi o autor da terceira gramática da língua japonesa, sucedendo às duas obras gramaticais de Rodrigues. Entre suas contribuições destacam-se a *Ars grammaticæ Japonicæ*

linguæ [Arte da Gramática da Língua Japonesa] e o *Dictionarium sive Thesauri Linguæ Japonicæ Compendium* [Dicionário ou Compêndio do Tesouro da Língua Japonesa], ambas publicadas em Roma, em 1632, pela Propaganda Fide. Natural de Miajadas, na Extremadura espanhola, Collado ingressou na Ordem Dominicana por volta de 1600. Viajou para as Filipinas em 1611 e seguiu para o Japão em 1619, onde permaneceu até 1622. Posteriormente, deslocou-se para Roma, envolvendo-se em controvérsias com os jesuítas, antes de regressar às Filipinas, onde faleceu em 1638 (Takizawa 1993, p. 4).

Redigida em latim, a gramática de Collado funciona essencialmente como uma *Ars Minor* da língua japonesa. Takizawa (1993, p. 261-262) sugere que Collado se baseou principalmente na obra de João Rodrigues, embora não de maneira sistemática, e, de forma indireta, na gramática latina do padre Manuel Álvares, S.J. (1526-1583), em particular na edição de Amakusa (Álvares 1594; Assunção & Toyoshima, 2012). Apesar das afirmações iniciais de Collado, Takizawa (1993, p. 261) sustenta que a influência de Nebrija não se manifesta de forma claramente identificável.

Apesar das críticas frequentemente dirigidas à sua extensão e à aparente falta de método, as *Artes* de Rodrigues constituem um documento histórico de grande valor, oferecendo informações preciosas sobre a língua e a cultura japonesas do início do século XVII. Como observa Takizawa (1993, p. 1), a gramática de Rodrigues é “[...] the first extant Japanese grammar, to which Collado also owes a lot” [a primeira gramática japonesa existente, à qual Collado também deve muito].

Já no *Vocabvlario da Lingoa de Iapam*, de 1603-1604, encontram-se registros de expressões que evidenciam um interesse explícito pela polidez japonesa. O termo “particula de honra” aparece quatro vezes, referindo-se a

fucu, *go* ou *guio*, *mi* e *vo*, enquanto a expressão “verbo honrado” é mencionada duas vezes, associada a *mesare*, *uru*, *eta* e *vomoi*, *ô* (Jesuítas 1603-1604, 105v, 157r, 157v, 274v e 275r).

Na *Ars Maior*, Rodrigues ampliou significativamente a terminologia descritiva, com especial atenção à dinâmica social entre os japoneses, tanto na comunicação oral quanto na escrita. Ele abordou de forma explícita os conceitos japoneses de “cortesia” e de expressão com “honra”, demonstrando que a língua japonesa diferia profundamente das línguas europeias com as quais estava familiarizado. Em particular, destacou a adaptação verbal conforme o estatuto social dos interlocutores. A língua dispunha de numerosas partículas associadas a verbos e substantivos, cujo uso dependia da pessoa a quem se falava, daquela de quem se falava e dos objetos ou temas em discussão. O emprego adequado dessas partículas e formas verbais estava condicionado aos atributos sociais de cada entidade. Rodrigues concluiu que não era possível aprender verdadeiramente a língua japonesa sem, simultaneamente, aprender a comunicar-se com honra e polidez (Rodrigues 1604-1608, p. [IX]).

Embora Rodrigues tenha inicialmente seguido a gramática latina de Manuel Álvares, S.J. (1526-1583), em particular a *ars minor* (Álvares, 1573), cuja *editio princeps* data de 1572 (Álvares, 1572), até a edição de Amakusa (Álvares, 1594), o conteúdo da Parte III da *Arte* revela uma inflexão decisiva. Cooper (1974, p. 227) descreve essa seção como “entirely original” [inteiramente original] e próxima de uma abordagem retórica. Rodrigues demonstra originalidade ao integrar elementos de Miyako, antigo nome de Kyoto, da literatura japonesa e de dicionários jesuítas anteriores. Sua análise abrange temas diversos, incluindo o uso linguístico apropriado, erros

fonéticos recorrentes entre estrangeiros, estilos literários, regras de polidez e a redação de cartas formais destinadas a diferentes tipos de destinatários (Fernandes & Assunção, 2018).

Rodrigues afasta-se da categorização tradicional da gramática latina ao introduzir uma distinção entre partículas honoríficas, humildes e humiliativas. Em contraste com a classificação habitual dessas partículas como prefixos ou sufixos, ele as posiciona entre os radicais ou raízes de substantivos e verbos, adiando deliberadamente a análise dos componentes considerados fundamentais da língua.

De modo semelhante, Diego Collado demonstrou um interesse significativo pela polidez japonesa e pelo uso correto dos honoríficos. Em sua gramática, introduziu o substantivo *urbanitas* (polidez) e o adjetivo *urbanus* (polido). A título de exemplo, ao comentar o imperativo da primeira conjugação, observou que essa forma representava uma maneira mais refinada e cortês de se expressar do que o uso do imperativo comum para dar ordens diretas (Collado 1975, p. 125)⁸.

Para exemplificar, Rodrigues identifica quatro sufixos ou “partículas” japonesas particularmente recorrentes, “nite-”, “ni-”, “de-” e “goza-” (Rodrigues 1604-1608, 52v). Além disso, o uso de pronomes pessoais específicos revela de forma clara as relações hierárquicas entre os interlocutores, evidenciando diferentes graus de honra e deferência social (Rodrigues 1604-1608, 67v).

Com efeito, Rodrigues discute diversas expressões que denotam a primeira pessoa em japonês, cada uma marcada por nuances distintas de cortesia, respeito e modéstia. Alguns termos, como “Chinga” e “Maru”, são reservados exclusivamente ao rei, sublinhando o seu estatuto elevado.

⁸ “[...] est honoratior modus loquendi & vrbanius ad imperandum in omni coniugatione, quam per imperatiuum absolutum” (Collado 1975, p. 125).

“Vatacuxi” associa-se à noção de propriedade e especificidade, ao passo que “Mi” é empregado por indivíduos pertencentes às classes sociais mais altas. As formas “Conofõ”, “Conata” e “Cochi” são descritas como comuns e corteses, adequadas a diferentes níveis sociais. Certos termos, como “Xessu”, “Gurõ” e “Gusõ”, ocorrem sobretudo em contextos escritos ou religiosos. Por fim, Rodrigues distingue formas associadas a indivíduos de baixa posição social e a mulheres, utilizando, respectivamente, os termos “Vraga” e “Vagami” (Rodrigues 1604-1608, 67v-68r).

Por sua vez, Collado identifica oito partículas correspondentes à primeira pessoa. Essas formas são organizadas em quatro utilizadas por superiores ao se dirigirem a inferiores, “vatacuxi”, “soregaxi”, “vare” e “mi”, e quatro empregadas por inferiores ao se comunicarem com superiores, “varera”, “midomo”, “midomora” e “vare”. Ademais, três partículas são usadas especificamente por mulheres, “mizzucara”, “varava” e “vagami”, três por religiosos quando interagem entre si, “vara”, “vorara” e “guso”, e duas são exclusivas do rei, “chin” ou “maru” (Collado 1632, p. 13; 1975, p. 118-119):

Existem oito partículas que significam “eu, meu, para mim, etc.” São elas: *vatacuxi*, *soregaxi*, *vare*, *mi*, *varera*, *midomo*, *midomora*, *vare*. As quatro primeiras indicam um grau de superioridade por parte de quem as utiliza. As outras são mais humildes. As mulheres usam três outras partículas, *mizzucara*, *varava* e *vagami*, que não são usadas pelos homens. As pessoas do campo usam duas outras, *vara* [*vora*] e *vorara*, enquanto os padres, quando falam de si mesmos, usam *guso*, ou seja, “eu, um homem do clero sem valor”, e os idosos, quando falam de si mesmos, usam *guro*, “eu, um velho sem valor e desprezível”. O rei (*rex*) diz *chin* ou *maru*, que significa “eu, o rei” (Collado 1632, p. 13).⁹

⁹ “Octo sunt particulæ significantes idem quod Ego, mei, mihi, &c. vátacuxi, sòrēgaxi, váre, mi, várerá, mi-dómo, midómorá, váre. Quatuor primæ denotant aliquam superioritatem in eo qui illis utitur, reliquæ uero sunt humiliores. Mulieres utuntur tribus aliis particulis aliquando quæ sunt, mizzu cára, vârauí vâgami, &

Rodrigues dedicou uma análise extensa aos títulos honoríficos japoneses no terceiro livro da *Ars Maior*. Examinou de forma minuciosa as diversas formas de tratamento em uso entre os japoneses, distinguindo também estilos específicos de escrita, como as variedades *naiden* (textos religiosos) e *gueden* (textos seculares). Nesse contexto, destacou que o termo “Sama” funcionava como a partícula honorífica mais preponderante, empregada exclusivamente com nomes pessoais e nunca aplicada a objetos inanimados. Embora inicialmente não marcasse distinções hierárquicas rígidas, “Sama” evoluiu para se tornar o honorífico mais difundido e amplamente utilizado. No uso contemporâneo de Rodrigues, correspondia a títulos como Senhor, Senhoria, Vossa Alteza, Mercê ou Reverência, variando conforme a pessoa a quem se dirigia. Exemplos incluem “Vyesama”, “Vyeno Yōna”, “Yacatasama”, “Tono sama” e “Padre [Pai] Sama” (Rodrigues 1604-1608, 159v).

Collado, por sua vez, observa que o sufixo “-sama” é obrigatório ao se falar com indivíduos de estatuto elevado, enfatizando que “-sama” funciona como um pronome. Segundo ele, ao dirigir-se a pessoas de alta posição, a adição de um título antes de “sama” assume valor pronominal. Assim, expressões como “Padresama gozare” significam “o Padre virá” (Collado 1632, p. 14; 1975, p. 119).

“Vye” constitui igualmente uma partícula estimada, associada a uma noção de supremacia e reverência, como se observa no seu emprego em formas como “Vye” ou “Vye-sama”. Trata-se de uma partícula honorífica usada especificamente em referência a mulheres, anexada de modo delicado a nomes próprios como forma de respeito e admiração. Expressões como “Fauavye”, com o

his non utuntur uiri: rustici solent uti duabus uidelicet, vāra vōrarā, religiosus uero quando de se loquitur so let dicere, gusō, ac si diceret: ego uilis religiosus; senex uero de se loquens: dicit, gurō, ego uilis & despectibilis senex. Rex uero, dicit, chin, uel, māru, quod significat: ego Rex” (Collado 1632, p. 13).

sentido de “Senhora Mãe”, ou “Vovye”, que designa a “Senhora da Casa”, exemplificam esse uso reverencial (Rodrigues 1604-1608, 159v).

De modo semelhante, o termo “goien, go” era empregado exclusivamente em interações entre mulheres, simbolizando respeito à sua linhagem. A primeira parte dessa partícula dupla destinava-se especificamente a honrar mulheres, de maneira análoga ao uso de “Sama”, funcionando como um gesto de deferência dirigido a indivíduos de posição nobre associados a elas. Expressões como “Fauagoien”, “Foioquegoienm” e “Toquinagoien” ilustram esse uso no reconhecimento e na manifestação de respeito a figuras nobres (Rodrigues 1604-1608, 160v).

Por seu turno, Collado afirma a existência de quatro prefixos honoríficos, que identifica como “vo-”, “von-”, “go-” e “mi-”. Os dois primeiros associam-se a determinados vocábulos, enquanto os dois últimos se ligam a *coie* ou a vocábulos de origem chinesa. O prefixo “mi-”, em particular, corresponde ao grau mais elevado de honra e é empregado quando se tratam assuntos divinos. Exemplos incluem “midexi tachi”, com o sentido de “discípulos de Cristo, o Senhor”, e “goichinin vocoite cudasarei”, traduzido como “please send one from among the Lords” (Collado 1975, p. 182).

Segundo Rodrigues, as partículas honoríficas mais comuns eram “dono” e “tono”, bem como “cõ” e “quiõ”. “Dono” e “tono” correspondem a um título equivalente a “senhor” ou “cavalheiro”, sendo empregados após os nomes próprios, sobretudo na comunicação escrita e na linguagem falada, especialmente na presença ou ao se dirigir a servos e funcionários (Rodrigues 1604-1608, 160r). Já “cõ” e “quiõ”, também designados como “quimi”, significam “Senhor” ou “Dominus”. “Cõ” é utilizado ao se dirigir a indivíduos nobres, em especial na correspondência escrita, enquanto “quiõ” ocorre exclusivamente entre os “cugues”

(Rodrigues 1604-1608, 160r), isto é, as famílias aristocráticas que residiam e exerciam funções no palácio real em Miyako, então reconhecida como capital, hoje Kyoto (Jesuítas 1603-1604, 63v, 70r), e que falavam a variedade linguística considerada mais refinada e prestigiosa (Rodrigues 1993 [1620], 59v, 474).

Entretanto, a forma de tratamento mais elevada, reservada exclusivamente ao rei, é a partícula “Yei” ou “Chocu”. Trata-se de uma partícula usada unicamente para se referir ao soberano e que se traduz literalmente como “o próprio rei” (Rodrigues 1604-1608, 160v).

Rodrigues dedica ainda atenção aos verbos honoríficos em japonês, observando que determinados verbos exprimem inerentemente um grau de respeito, dispensando o acréscimo de partículas honoríficas. Esses verbos são utilizados ao se dirigir a indivíduos honrados na segunda e na terceira pessoa. Outros verbos, por sua vez, exprimem simultaneamente polidez e humildade, permitindo que falantes de estatuto inferior manifestem deferência em relação aos superiores. Nesses casos, os verbos honram o destinatário do enunciado e, ao mesmo tempo, rebaixam simbolicamente o falante que os emprega (Rodrigues 1604-1608, 164v).

Os falantes recorriam a diferentes verbos conforme o grau de formalidade da interação. Assim, o verbo ou substantivo verbal “soro” (ser) era comum em textos menos formais, como cartas de uso cotidiano. Em contextos sociais mais formais, era preferido pelos mais velhos, ao passo que o rei evitava o seu emprego, optando por formas verbais consideradas mais elevadas, como “nui”:

Soro he vsado em cartas correntes e pouco graues (...), alguns velhos tambem vsão delle em cousas graues quando dão recados ou falão com pessoas de respeyto. Nas cartas muyto graues como de senhores, ou de hum rey pera outro não se vsa de *Soro*, por nenhũa via, mas de *Nui*, em seu lugar (...) (Rodrigues 1604-1608, 52v-53r).

Collado enfatiza explicitamente a importância de selecionar o verbo adequado em função da honra e do valor simbólico atribuídos ao ouvinte. Assim, é necessário proceder com cautela na escolha das palavras e manter atenção constante ao interlocutor, de modo a assegurar que cada indivíduo receba o grau de honra que lhe é devido (Collado 1632, p. 20; 1975, p. 125). Ademais, Collado demonstra que diversos verbos auxiliares desempenham um papel central na expressão de polidez e humildade.

Segundo Collado, a raiz de qualquer verbo, independentemente de sua conjugação original, pode ser isolada e reconvertida em outra conjugação mediante a incorporação de uma partícula de honra. A forma resultante passa então a obedecer à conjugação determinada pela letra final da partícula acrescentada. Entre essas partículas, incluem-se maraxi, uru, ari, u, saxerare uru, xerare uru, nasare uru, saxemaxi u, tamai ó, rare e re (Collado 1632, p. 39; 1975, p. 145).

2. DESCRIÇÕES METALINGUÍSTICAS VIETNAMITAS DO SÉCULO XVII

Roland Jacques, O.M.I., é atualmente Professor Emérito da Universidade Saint Paul, em Ottawa, e Vigário Provincial do Vietnã da Congregação dos Missionários Oblatos de Maria Imaculada. Reconhecido pela sua intensa atividade acadêmica, dedica-se sobretudo ao estudo das relações históricas entre o Vietnã e os missionários atuantes sob o Padroado Português. Seu interesse científico concentra-se, em particular, na fase inicial da missão organizada, com ênfase nos missionários jesuítas que operaram sob o Padroado entre 1623 e 1678. No âmbito dessa investigação aprofundada, Roland Jacques confere especial relevo a figuras centrais como Francisco de Pina, S.J. (1585/1586–1625), Gaspar do Amaral, S.J. (1594–1646), António Barbosa, S.J. (1594–1647) e Alexandre de Rhodes, S.J. (1593–1660) (Jacques 2002; 2004; 2012).

Francisco de Pina, nascido entre 1585 e 1586 na Guarda, Portugal, ingressou na Companhia de Jesus aos 19 anos. Após concluir os seus estudos no Colégio da Madre de Deus, em Macau, sob a orientação do padre João Rodrigues “Tçuzu”, chegou ao Vietnã em 1617. A sua trajetória foi interrompida prematuramente aos 40 anos, em 15 de dezembro de 1625, em Đà Nẵng.

Gaspar do Amaral, natural de Corvaceira, Portugal, onde nasceu em 1594, ordenou-se jesuíta em 1622. Designado para a missão de Tonquim em 1629, exerceu posteriormente os cargos de Reitor do Colégio de Macau e de Vice-Provincial da Província Jesuíta Japonesa. Sua vida terminou tragicamente em um naufrágio próximo à ilha de Hainan, na China, em 26 de fevereiro de 1646, aos 52 anos.

António Barbosa, nascido em Arrifana do Sousa, Portugal, em 1594, ingressou na Companhia de Jesus em 1624. Colaborador da versão portuguesa do dicionário anamita, foi também professor no Colégio de Macau. A sua carreira missionária sofreu uma inflexão decisiva quando adoeceu, sendo transferido para Goa para tratamento, onde viria a falecer em 1647 (ver, por exemplo, Fernandes & Assunção 2014; 2017; 2023, para a vida e a obra de Pina, Amaral e Barbosa).

Alexandre de Rhodes, nascido em Avignon, França, em 1593, ingressou na Companhia de Jesus em 1618. Envolvido em intensas atividades missionárias no Extremo Oriente, teve uma trajetória marcada por perseguições e expulsões, nomeadamente no Japão e em Tonquim, durante a Guerra Trịnh-Nguyễn, em 1640. Condenado à morte no Vietnã, teve a pena posteriormente comutada para exílio perpétuo. Em consequência, embarcou em um navio português em Hôi An, em 3 de julho de 1645, sem jamais regressar ao território vietnamita. Rhodes passou os últimos anos de sua vida na Europa, entre 1645 e 1655, e posteriormente na Pérsia, onde faleceu em 1660, aos 67 anos (ver, por exemplo, González Fernández 2011).

Alexandre de Rhodes foi responsável pela publicação das primeiras obras metalinguísticas dedicadas à língua vietnamita, o *Dictionarium Annamiticum Lusitanum et Latinum* e o *Linguae Annamiticae seu Tunchinensis Brevis Declaratio*, ambos impressos pela Propaganda Fide, em Roma, em 1651, seis anos após a sua saída do Vietnã. O *Dictionarium* totaliza 591 páginas, das quais 450 são dedicadas ao dicionário propriamente dito, organizado em 900 colunas. Já o *Linguae Annamiticae* constitui um tratado gramatical do anamita, com 31 páginas autônomas, abrangendo diversos aspectos da língua, nomeadamente as letras e sílabas (2–7), os acentos e outros diacríticos (8–10), os substantivos (10–14), os pronomes chamados “honoríficos” (14–20), outros pronomes (21–23), os verbos (23–26), outras classes gramaticais indeclináveis (26–29) e alguns preceitos sintáticos (29–31).

O prólogo do dicionário, intitulado *Ad lectorem* [ao leitor], esclarece as fontes utilizadas e fornece informações detalhadas sobre a língua anamita ou tonquinense. Rhodes sublinha que o anamita não se restringia às regiões de Tonquim e Anam, ou Cochinchina, mas funcionava igualmente como língua franca em reinos vizinhos, como Cao Bắng, Chăm Pa, Camboja, Laos e Sião, atual Tailândia. O autor revela ainda ter dedicado doze anos ao estudo da língua, por meio do contato direto e contínuo com a população local.

Reconhecendo Francisco de Pina como seu verdadeiro mestre de anamita, Rhodes considera-o o primeiro jesuíta a compreender plenamente essa língua e a pregar nela sem o auxílio de intérpretes. Além disso, atribui papel decisivo a outros dois jesuítas portugueses da Companhia de Jesus, Gaspar do Amaral e António Barbosa, pelas suas contribuições para o dicionário anamita. Gaspar do Amaral teria elaborado um dicionário anamita-português, enquanto António Barbosa se dedicou a um dicionário português-anamita. Rhodes, apoiando-se nesses

manuscritos, desenvolveu-os, ampliou-os e assumiu a autoria final, acrescentando a versão latina e culminando na elaboração de um dicionário anamita-português-latim (Rhodes 1651a, p. [VII]).

À semelhança de João Rodrigues, Rhodes enfatizou a importância da escolha precisa de pronomes pessoais e partículas na cultura anamita do século XVII, escolha esta condicionada pelo significado social e pela hierarquia relativa dos participantes na interação comunicativa. Embora se abstenha de empregar explicitamente designações como “pronome honorífico” ou “partícula honorífica”, a dimensão implícita desses conceitos emerge de forma clara em sua descrição linguística. Rhodes exemplifica, por exemplo, o uso diferenciado do pronome pessoal de primeira pessoa em função da importância do interlocutor, articulado de modo correlativo com o pronome de segunda pessoa.

De modo particularmente revelador, na *Linguae Annamiticae*, Rhodes observa que indivíduos em posições superiores empregam “tao” para “eu” em contextos diversos, como um pai ao falar com os filhos, um senhor ao dirigir-se aos servos ou um marido à esposa. Em situações de ira, pode-se recorrer a “tó” para “eu” ou a “người” para “você”. Já expressões como “ta” ou “qua” assumem um tom mais modesto e são utilizadas tanto por superiores quanto por inferiores. O pronome “min” é reservado a indivíduos de certa importância relativamente aos seus interlocutores, sendo empregado em combinação com as partículas plurais “chúng” e “mó”. Segundo o próprio Rhodes, esses pronomes “sunt fere semper correlativa” [são quase sempre correlativos], como se observa em pares como “tao”-“mày”, “tó”-“người” e “ta” ou “qua”-“bay”:

Existe uma variedade de pronomes primitivos para transmitir diversos graus e distinções entre indivíduos. Especificamente, na primeira pessoa, aqueles em posições superiores em relação aos

inferiores usam o termo “tao” para “eu”. Isso inclui situações como um pai se dirigindo aos filhos, um senhor se dirigindo aos servos ou um marido se dirigindo à esposa. Da mesma forma, em situações em que as considerações hierárquicas são menos relevantes, como entre crianças, usa-se o termo “tao khién mầy”, que significa “eu te digo”. Esses pronomes geralmente têm correlatos, como “tao” para “eu” e “mầy” para “você”. No entanto, em momentos de raiva em relação aos outros, os indivíduos podem usar “tố” para “eu” ou “ngườì” para “você”, como na expressão “tố làm chi ngườì”, que significa “por que eu deveria me importar com você?”. As expressões tornam-se mais modestas entre superiores e inferiores quando se usa “ta” ou “qua” para “eu”, como se vê em um comandante dirigindo-se às tropas com “ta nói cữ bay”, que significa “eu falo com vocês”. Na forma plural, “nós” é articulado com as partículas “chúng” e “mớ”, como observado no contexto de outros substantivos. No entanto, o termo “min” para “eu” é reservado para indivíduos que possuem um certo grau de importância em relação àqueles a quem se dirigem, e é usado em conjunto com as partículas plurais “chúng” e “mớ”. (Rhodes 1651b, p. 14-15)¹⁰

De acordo com os autores do *Dictionarium*, diversos exemplos ilustram esse uso diferenciado dos pronomes pessoais, nomeadamente:

TA, “Eu”. Sic fala com os inferiores, mas com indivíduos importantes usando “chúng ta” e “mớ ta”. Os colegas usam essa forma de falar quando se dirigem uns aos outros, demonstrando respeito mútuo, como em “mớ ta đi”, que significa “vamos”, e “mớ ta làm”, que significa “vamos fazer”. (Rhodes 1651a, p. 711)¹¹

¹⁰ “Primitiuorum pronominum est magna copia pro diuersis gradibus et differentiis hominum.

In prima namque persona qui sunt valde superiores respectu inferiorum utuntur voce, tao, ego: ut pater cum filiis, dominus cum famulis, uir etiam cum uxore utitur hac uoce: sic etiam cum quis alium parui pendit, ut pueri inter se, tao khién mầy, ego praecipio tibi: sunt enim fere semper correlatiua tao, ego: et mầy, tu: at cum quis irascitur alteri utitur voce, tố, ego: ngườì, tu: tố làm chi ngườì, ego quid curo te?

Moderatior est locutio superioris cum inferiori cum dicit, ta, uel, qua, ego: ut dux cum militibus, ta nói cữ bay, ego loquor vobis; Ad plurale, nos, utuntur particulis, chúng, et, mớ, ut in aliis nominibus supra notauimus. Min, ego; nemo tamen illo potest uti nisi aliquem praeminentiae gradum habeat prae illis cum quibus loquitur, et cum iisdem particulis chúng, et mớ sit plurale.” (Rhodes 1651b, p. 14-15)

Tao, “eu”. Quando um superior se comunica com indivíduos significativamente inferiores, como um pai com seus filhos ou um nobre com os membros mais baixos da sociedade, a conversação assume a forma de “nôi mậy tao”. Crianças envolvidas em conversações ou disputas entre si também adotam essa maneira de falar. Ao expressar arrogância e desdém em relação aos outros, o uso muda para “ngươi tở”, que transmite o mesmo sentimento. (Rhodes 1651^a, p. 724)¹²

Por outro lado, nas situações de comunicação de um inferior para um superior, o pronome predominante empregado era “tôi” (“eu”), ao passo que o pronome reservado ao rei ou ao ex-imperador era “bua”:

Tôi, “eu”, é a forma padrão de tratamento ao falar com qualquer tipo de superior. Elementos adicionais são incorporados com base no grau de superioridade, especialmente ao iniciar uma conversação. No entanto, ao se dirigir ao mais alto escalão, referido como “Bua” em tonquinense, reservado ao rei ou ao ex-imperador, que detém apenas um título e um nome de considerável proeminência, emprega-se um termo diferente.” (Rhodes 1651b, p. 15)¹³

O *Dictionarium* reforça essa interpretação ao confirmar que o pronome vietnamita “tôi” é empregado com valor de humildade, como se observa em expressões do tipo “tôi lạy oũ” [eu reverencio Vossa Excelência]. São fornecidos

¹¹ “TA: eu: ego. ita loquitur superior cum inferioribus sed grauibus personis. chúng ta, mớ ta: nos outros: nos socii sic loquuntur ad inuicem cum de re communi omnibus loquuntur, ut mớ ta đi: vamos: eamus. mớ ta làm: façamos: faciamus.” (Rhodes 1651a, p. 711)

¹² “tao: eu: ego. cum scilicet superior cum valde inferioribus loquitur ut pater cum filiis, nobilis cum uilissimis, pueri etiam inter se loquentes aut contententes ita loquuntur. nôi mậy tao. fallar soberbo desprezando aos outros: superbe loqui contemnendo alios. người tở, idem.” (Rhodes 1651a, p. 724)

¹³ “Tôi, ego, est communis modus loquendi quo quis loquitur cum superioribus quibuscumque, quamuis iuxta diuersitatem superioritatis alia sint addenda, saltem cum quis incipit loqui: nam cum illo supremo, quem in Tunchino vocant. Bua, et est Rex, uel Imperator antiquus, qui solum habet titulum et nomen, cum quibusdam praeminentiis.” (Rhodes 1651b, p. 15)

diversos exemplos, entre os quais “chúng tôi” e “mớ tôi” [nós, nosso, nossa], “của tôi” [minha coisa] e “nhà chung tôi” [nossa casa]. O texto observa ainda que o uso de outros possessivos obedece a um padrão semelhante, refletindo uma estrutura considerada primitiva do sistema pronominal (Rhodes 1651a, p. 821-822).

A partícula plural comum era “chúng” ou “mớ”, como em “chúng mày” ou “chúng bay”, com o sentido de “vocês”. Em contraste, a partícula plural de valor honorífico era “phô”, como ilustram as expressões “phô ồi” [senhores], “phô bà” [senhoras] e “những phô ồi” [todos os senhores] (Rhodes 1651b, p. 12). No *Dictionarium*, encontra-se ainda o uso de “phô nuôi” [suas reverências] ao se dirigir a pessoas jovens e honradas, de “phô ồi phô bà” [senhores e senhoras] para pessoas de idade avançada, e de “phô thầy” [senhores padres ou mestres] em contextos religiosos ou pedagógicos (Rhodes 1651a, p. 601-602).

Os autores do dicionário anamita analisam igualmente diversas classes gramaticais, esclarecendo como a escolha lexical expressa posturas de honra ou de modéstia por parte dos falantes. Assim, verbos como “bạch”, “bái” e “thân” eram utilizados para se dirigir a superiores hierárquicos ou para manifestar reverência explícita:

bạch: fallar com honra ao mestre da ley, como Vossa Paternidade: Vestra Paternitas. *bạch đức thài cả*: supremo grao de honra com que se falla ao Superior ou Padre grande: supremus gradus honoris qui datur supremo magistro legis.

bái: fazer reuerencia profunda sem se por de ioelhos. *inclinari profunde*. (Rhodes 1651a, p. 51)

thân: modo de fallar com pessoa graue abaixo del Rey. *titulus seu honor qui exhibetur primariis personis infra Regem*. *thân ồi, thân đức ồi, thân ồi gia muôn tuổi*: viua Vossa Escellencia, Vossa Senhoria muitos annos; Vestra excellentia, Vestra Dominatio

Nestoreos viuat annos. *tâu bua, đễũ Chúa, bịch thây, chiềng oũ.*
 hi sunt tituli honoris. (Rhodes 1651a, p. 739)

No entanto, ao se dirigir diretamente ao rei, o discurso deve iniciar-se com a palavra “dễũ”, empregada como fórmula ritual de deferência e honra dirigida ao monarca:

dễũ: palavra de honra com a qual se começa fallar com o Rey de Tonquim: vox honoris qua unusquisque orditur sermonem cum rege Tunchinensi. *dễũ Chúa muân nam*, idem. *lâm khải dễũ Chúa*: fazer petição ao Rey: petere aliquid à Rege ex scripto. *đễũ*, idem. (Rhodes 1651a, p. 178-179)

O *Dictionarium* especifica ainda diversos títulos honoríficos em uso no anamita. Esclarece, por exemplo, que “Đức” constitui o título honorífico de grau mais elevado, reservado exclusivamente a entidades como Deus, os santos, reis, rainhas, príncipes, bem como às mais altas autoridades administrativas e a oficiais militares de elevado escalão. Em contraste, “Thầy” é empregado para indivíduos que ocupam posições socialmente prestigiadas, como professores, médicos, juizes, feiticeiros, diretores, mestres e também mulheres instruídas na leitura de caracteres chineses. O texto assinala, contudo, que o emprego desses títulos não é uniforme, distinguindo explicitamente entre as formas de tratamento próprias do norte, Tonquim, e do sul, Cochinchina:

Đức: titulo de grande honra: titulus summi honoris. *đức chúa bời*: O Senhor do Ceo: Dominus caeli. *đức chúa Iesu*: o Senhor Iesus: Dominus Iesus. *đức Chúa bà Maria*: Nossa Senhora Virgem Maria: Domina Virgo Maria. *đức thánh thiên thần*: os Santos Anjos: Sancti Angeli. *đức thánh Anjo giữ mình*: o Santo Anjo de guarda: Sanctus Angelus custos et sic de aliis Sanctis Spiritibus. *đức Bua, đức Chúa*: o Rey que não governa, e o que governa; Rex non gubernans et gubernans: *đức oũ*: titulo que se da em Tonquim aos filhos del Rey, e aos supremos capitaes e governadores porem em Cochinchina

naõ se dà mais que ao Rey; titulus qui in Tunchino filiis Regis ac supremis ducibus dari solet, at in Cocincina soli Regi datur. *đức bà*: molher grauissima como de filho del Rey de Tonquim: mulier primaria ut uxor filii Regis Tunchinensis concubinae etiam eiusdem Regis sic uocantur, uxor tamen Regis uocatur *Chúa bà*, uel *đức Chúa bà*. *đức lão*: velha muito graue: uetula primaria. (Rhodes 1651a, p. 240-241)

A língua vietnamita recorre a uma ampla gama de títulos para indicar papéis sociais e estatutos específicos no interior da cultura vietnamita. Entre eles figura o termo genérico “thầy” (mestre), bem como diversas combinações lexicais que exprimem funções particulares e acarretam implicações sociais distintas. Entre os títulos mais relevantes encontram-se “tri thầy thuốc” (médico), “thầy đạo” (mestre da lei), “thầy phù thủy” (feiticeiro), “thầy bói” (feiticeiro com função divinatória), “thầy điạ” (feiticeiro encarregado de localizar túmulos para mandarins), “thầy chũ” (mestre escolar), “bà thà” (mulher que domina a leitura de caracteres chineses), “đức thầy” (título honorífico reservado aos mestres de mais alto prestígio ou a pessoas de condição aristocrática), “thầy” no sentido de mandarim ou magistrado a quem se está subordinado, e ainda “lãm thầy”, com o significado específico de professor (Rhodes 1651a, p. 735-736).

CONCLUSÃO

A evolução do princípio da polidez reflete uma história longa e complexa de investigação acadêmica em diferentes contextos linguísticos e culturais. O próprio conceito de “princípio da polidez” antecede o estabelecimento formal da pragmática como campo acadêmico da linguística, processo geralmente associado ao trabalho de Stephen Curtis Levinson no início da década de 1980. Já na década de 1930, estudos fundamentais sobre pragmática haviam sido publicados, nomeadamente por Charles Sanders Peirce (1931–1938) e Charles William Morris (1938), que

lançaram as bases para a articulação entre linguagem, uso e interpretação.

Embora Penelope Brown e Stephen C. Levinson sejam frequentemente apontados como os responsáveis pela formulação do princípio da polidez, em virtude do impacto de seus estudos, o artigo de 1973 de Robin Lakoff (1942–2025), “The logic of politeness”, pode ser legitimamente considerado, por muitos autores, a verdadeira “certidão de nascimento” desse domínio linguístico. Essa contribuição, ancorada nas reflexões de Herbert Paul Grice (1913–1988) sobre as regras da conversação, desenvolvidas em 1967, é, contudo, apenas ocasionalmente reconhecida de forma explícita na literatura especializada.

Paralelamente, o interesse pela descrição das expressões de tratamento e das relações de cortesia manifesta-se de modo particularmente precoce no estudo das línguas asiáticas. O artigo de Hsien Chin Hu, publicado em 1944 sobre os “Chinese Concepts of ‘Face’”, antecipa em mais de uma década as reflexões de Ervin Goffman (1922–1982) sobre face e interação social, demonstrando que a preocupação com os fundamentos sociopragmáticos da linguagem possui raízes anteriores e independentes da tradição pragmática anglo-saxônica do pós-guerra.

Essa perspectiva histórica revela uma atenção persistente às relações entre linguagem, hierarquia social e normas de interação, preocupação já evidente nos trabalhos de gramáticos e lexicógrafos europeus do século XVII dedicados às línguas japonesa e vietnamita. No final do século XVI, os jesuítas ligados ao Padroado Real Português produziram as primeiras descrições linguísticas do japonês, inicialmente sob a forma de manuscritos hoje perdidos. Entre as primeiras obras impressas destacam-se um dicionário latim-português-japonês de 1595 e o *Vocabulario da língua de Iapam* de 1603–1604. Como observa Kishimoto, o primeiro depende fortemente do modelo lexicográfico de Ambrogio Calepino (ca. 1440–1510) e praticamente ignora as formas de tratamento, ao passo que o

segundo introduz noções como “partícula honorífica” e “verbo honrado”, assinalando um avanço decisivo na descrição sociopragmática do japonês.

As obras verdadeiramente inovadoras, contudo, são as duas gramáticas japonesas de João Rodrigues ‘Tçuzu’, S.J. (1562–1633), a *Ars Maior* (1604–1608) e a *Ars Minor* (1620). A gramática maior constitui uma fonte de extraordinária riqueza para o estudo da língua e da cultura japonesas do século XVII. Rodrigues desenvolveu uma metalinguagem própria, profundamente informada pela sua compreensão da sociedade japonesa e da literatura clássica, examinando de forma sistemática a pragmática do japonês por meio da análise das relações sociais, das partículas “honoríficas” e “humiliativas”, dos pronomes, dos verbos e das múltiplas formas de tratamento em contextos orais e escritos.

Na esteira do trabalho de Rodrigues, em particular da *Ars Minor*, Diego Collado, O.P. (final do século XVI–1638), demonstrou um interesse marcado pela polidez japonesa e pelo uso adequado dos honoríficos. Introduziu o termo urbanitas [polidez], identificou oito formas pronominais de primeira pessoa e sublinhou o caráter obrigatório do sufixo “-sama” no tratamento de indivíduos de estatuto superior, sistematizando, ainda que de forma mais esquemática, observações já presentes na obra do jesuíta português.

De modo análogo, e também sob a influência direta do trabalho de Rodrigues, Alexandre de Rhodes, S.J. (1593–1660), alcançou um marco decisivo ao publicar, em 1651, o primeiro dicionário anamita-português-latim e um tratado conciso sobre a gramática da língua anamita ou tonquinense. Baseando-se nos manuscritos de Francisco de Pina, S.J. (1585/1586–1625), Gaspar do Amaral, S.J. (1594–1646), e António Barbosa, S.J. (1594–1647), Rhodes descreveu minuciosamente a dinâmica social da língua, incluindo pronomes, verbos, partículas, títulos e formas de tratamento. Diferentemente de Rodrigues, optou por

manter uma terminologia gramatical mais tradicional, evitando rótulos como “partículas honoríficas” ou “pronomes humiliaativos”, mas sem deixar de captar, de forma implícita e consistente, as complexas relações sociopragmáticas que estruturam a língua vietnamita.

Em conjunto, esses trabalhos demonstram que muitos dos princípios hoje associados à pragmática moderna e ao princípio da polidez estavam já claramente formulados, ainda que em outra terminologia e enquadramento teórico, nas descrições missionárias das línguas japonesa e vietnamita do século XVII. Essas obras não apenas antecipam conceitos fundamentais da pragmática contemporânea, como também evidenciam a profundidade analítica e a sofisticação metodológica alcançadas pela linguística missionária de matriz portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Manuel. **De institutione grammatica libri tres. Coniugationibus accessit interpretatio Iapponica**. Amakusa: Collegio Amacusensis Societatis Iesu, 1594.
- ÁLVARES, Manuel. **De institutione grammatica libri tres**. Lisboa: Ioannes Barrerius, 1572.
- ÁLVARES, Manuel. *De institutione grammatica libri tres*. Lisboa: Ioannes Barrerius, 1573.
- ASSUNÇÃO, Carlos; TOYOSHIMA, Masayuki. Introduction. In: ASSUNÇÃO, Carlos; TOYOSHIMA, Masayuki (org.). **Emmanuelis Aluari e Societate Iesu de Institutione Grammatica Libri Tres....** Tóquio: Yagi Bookstore, 2012. p. 1-46.
- BAR-HILLEL, Yehoshua. Indexical expressions. **Mind**, v. 63, p. 359-379, 1954.
- BOXER, Charles Ralph. Padre João Rodriguez Tçuzu S.J. and his Japanese grammars of 1604 and 1620. **Boletim de Filologia**, v. 11, p. 338-363, 1950.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.



BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. Universals in language usage: politeness phenomena. In: GOODY, Esther N. (org.). **Questions and politeness: strategies in social interaction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 56-311.

COLLADO, Diego. **A grammar of the Japanese language**. Edição e tradução de Richard L. Spear. Lawrence: Center for East Asian Studies, University of Kansas, 1975.

COLLADO, Diego. **Ars grammaticæ iaponicæ linguæ**. Romae: Typis et impensis Sacrae Congregationis de Propaganda Fide, 1632.

COOPER, Michael. **Rodrigues the Interpreter: an early Jesuit in Japan and China**. New York; Tokyo: Weatherhill, 1974.

DAVIES, Alan; ELDER, Catherine (org.). **The handbook of applied linguistics**. Malden, MA; Oxford: Blackwell, 2004.

DOI, Tadao. **Kirishitan-gogaku no kenkyu** [Study on research into the Japanese language by the early Catholic missionaries]. Osaka: Seibunsha, 1932.

FERNANDES, Gonçalo; ASSUNÇÃO, Carlos. 17th-century descriptions of Japanese and Vietnamese and their relevance to the modern politeness principle. **Cahiers Ferdinand de Saussure**, n. 76, p. 83-104, 2025 [2023]. Disponível em: https://doi.org/10.47421/CFS_76_83-104

FERNANDES, Gonçalo; ASSUNÇÃO, Carlos. Cuốn từ điển tiếng Việt đầu tiên (Rome 1651): đóng góp từ chế độ bảo trợ của Bồ Đào Nha đối với ngôn ngữ học phương Đông / The first Vietnamese dictionary (Rome 1651): contributions of the Portuguese patronage to the Eastern linguistics. **Journal of Foreign Language Studies**, Hanoi University, n. 41, p. 3-25, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10348/5366>

FERNANDES, Gonçalo; ASSUNÇÃO, Carlos. First codification of Vietnamese by 17th-century missionaries: the description of the tones and the influence of Portuguese in Vietnamese orthography. **Histoire Épistémologie Langage**, v. 39, n. 1, p. 155-176, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/hel.2017.3592>

FERNANDES, Gonçalo; ASSUNÇÃO, Carlos. First grammatical encoding of Japanese politeness (17th century) / A primeira codificação gramatical da cortesia do japonês (século XVII). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 13, n. 1, p. 187-203, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000100011>

FERNANDES, Gonçalo; ASSUNÇÃO, Carlos. Francisco de Pina, S.J. (1585/1586-1625) e a lusitanização do vietnamita. **Praça Velha – Revista Cultural da Cidade da Guarda**, n. 44, p. 61-85, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10348/11753>

GOFFMAN, Erving. On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. *Psychiatry*, v. 18, n. 3, p. 213-231, 1955. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00332747.1955.11023008>

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Fidel. La experiencia misionera de Alexandre de Rhodes SJ (1593–1660). *Studia Missionalia*, v. 60, p. 277-317, 2011.

GRICE, Paul. **Studies in the way of words**. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1989.

HU, Hsien Chin. The Chinese concepts of 'face'. *American Anthropologist*, v. 46, p. 45-64, 1944. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/aa.1944.46.1.02a00040>

JACQUES, Roland. **Các nhà truyền giáo Bồ Đào và thời kỳ đầu....** Reichstett: Định Hướng Tùng Thư, 2012.

JACQUES, Roland. **Les missionnaires portugais et les débuts de l'Église catholique au Viêt-nam**. Reichstett: Định Hướng Tùng Thư, 2004.

JACQUES, Roland. **Portuguese pioneers of Vietnamese linguistics**. Bangkok: Orchid Press, 2002.

JESUÍTAS. **Vocabulário da Lingoa de Iapam com a declaração em Portugues, feito por alguns padres e irmãos da Companhia de Iesu**. Nagasaki: Collegio de Iapam da Companhia de Iesu, 1603-1604.

KISHIMOTO, Emi. Translation of anatomic terms in two Jesuit dictionaries of Japanese. In: ZWARTJES, Otto; ZIMMERMANN, Klaus; SCHRADER-KNIFFKI, Martina (org.). **Missionary linguistics V / Linguística misionera V**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 251-272.

LAKOFF, Robin Tolmach. The logic of politeness: or, minding your p's and q's. In: CORUM, Claudia; SMITH-STARK, T. Cedric; WEISER, Ann (org.). **Papers from the ninth regional meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1973. p. 292-305.

LAURES, John. **Kirishitan bunko: a manual of books and documents....** Tóquio: Sophia University, 1940.

LEECH, Geoffrey Neil. **Principles of pragmatics**. London; New York: Longman, 1983.



LEECH, Geoffrey Neil. **The pragmatics of politeness**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2014.

LEVINSON, Stephen Curtis. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LEVINSON, Stephen Curtis. **Social deixis in a Tamil village**. 1977. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of California, Berkeley, 1977. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11858/00-001M-0000-0012-B818-1>

LIU, Xiangdong; ALLEN, Todd James. A study of linguistic politeness in Japanese. **Open Journal of Modern Linguistics**, v. 4, n. 5, p. 651-663, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4236/ojml.2014.45056>

MORRIS, Charles W. Foundations of the theory of signs. In: NEURATH, Otto et al. (org.). **International encyclopedia of unified science**. Chicago: University of Chicago Press, 1938. v. 1, n. 2, p. 1-159.

PEIRCE, Charles Sanders. *Collected papers of Charles Sanders Peirce*. Edição de C. Hartshorne, P. Weiss e A. W. Burks. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-1938. 8 v.

RHODES, Alexandre de. **Dictionarium Annamiticum Lusitanum et Latinum**. Roma: Propaganda Fide, 1651a. Disponível em: <http://www.internetculturale.it/jmms/iccuviewer/iccu.jsp?id=oai:bncf.firenze.sbn.it:21:FI0098:Magliabechi:BVEE043288>

RHODES, Alexandre de. *Linguae Annamiticae seu Tunchinensis brevis declaratio*. In: RHODES, Alexandre de (org.). **Dictionarium Annamiticum Lusitanum et Latinum**. Roma: Propaganda Fide, 1651b. p. 1-31.

RODRIGUES, João. **Arte breve da lingoa Iapoa tirada da arte grande da mesma lingoa**. Macao: Collegio da Madre de Deus da Companhia de Iesu, 1620.

RODRIGUES, João. **Arte breve da lingoa Iapoa**. Tóquio: Shin-Jinbutsu-Ōrai-Sha, 1993 [1620].

RODRIGUES, João. **Arte da lingoa de Iapam**. Nangasaqui: Collegio de Iapam da Companhia de Iesu, 1604-1608.

TAKIZAWA, Naohiro. **A study of “Ars Grammaticae Iaponicae Linguae” (1632) by Diego Collado and its sources**. 1993. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Illinois, Urbana-Champaign, 1993. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2142/72157>.



TRATADO de paz, amizade e comércio entre Portugal e o Japão. Lisboa: Imprensa Nacional, 1863.

TRONU [MONTANÉ], Carla. The rivalry between the Society of Jesus and the mendicant orders in early modern Nagasaki. **Agora: Journal of International Center for Regional Studies**, v. 12, p. 25-39, 2015.

VERDELHO, Telmo. O Vocabulario da lingua de Iapam (1603). In: RUFFINO, Giovanni (org.). **Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza**. Tübingen: De Gruyter, 1998. v. 3, p. 951-958.

ZWARTJES, Otto. **Portuguese missionary grammars in Asia, Africa, and Brazil, 1550–1800**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2011.